

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA)

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, pelo(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional que esta subscreve, vem, respeitosamente, informar que **não tem interesse na adjudicação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s)**.

Assim, requer-se, com fundamento no art. 879, I, do CPC, que seja autorizada a alienação do(s) bem(ns) imóvel(is) penhorado(s) e avaliado(s), por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, no Comprei. Os critérios para alienação judicial são determinados pelas Leis nº 13.105, de 2015 (CPC) e nº 8.212, de 1991, em especial:

Prazo	360 (trezentos e sessenta) dias
Publicidade	Divulgação da oferta do bem no Comprei (comprei.pgfn.gov.br). Nos anúncios constarão a descrição física (estado em que se encontra, localização, quantidade, qualidade etc) e jurídica (identificação do número do processo judicial, dados de registro e ônus ou gravames) do bem ofertado, bem como demais esclarecimentos que se fizerem necessários.
Preço	O valor mínimo de propostas no Comprei é de 50% do valor da última avaliação judicial (art. 891, parágrafo único, do CPC), <u>salvo se existir coproprietário cuja quota-parte seja igual ou superior a este piso, quando o valor mínimo é elevado a 75% do valor da avaliação.</u> O bem deve permanecer anunciado por no mínimo 30 (trinta) dias para que uma proposta efetive a alienação, ressalvado o caso de compra imediata por valor igual ou superior ao da avaliação.
Condições de pagamento	Os pagamentos serão feitos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) ou Documento para depósitos judiciais ou extrajudiciais (DJE). <u>O Comprei concederá parcelamento da alienação no seguintes termos: a entrada equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor da alienação (art. 895, § 1º, do CPC), mais até 59 (cinquenta e nove) prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma.</u>



	Quando o valor da entrada não for suficiente ao pagamento dos coproprietários ou de credores preferenciais, o comprador poderá ser intimado para complementar o valor da entrada (respeitado o valor da compra), sob pena de não homologação da operação. O tratamento de eventual excesso (venda superior ao valor da dívida executada) dar-se-á na forma do art. 895, §9º, do CPC. Nestes casos, será registrada a hipoteca em favor da União (art. 895, §1º, do CPC). O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Se o adquirente deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será imediatamente rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme §§ 6º e 11 do art. 98 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e inscrito em Dívida Ativa da União.
Causa originária de aquisição de propriedade	A aquisição judicial de bens no Comprei é causa originária de aquisição de propriedade, isto é, o comprador recebe o bem desembaraçado e livre de ônus em registro imobiliário. Eventuais créditos subrogam-se no preço da aquisição (Art. 130, parágrafo único, do CTN e AREsp 929244 SP)
Procedimento	As minutas de Auto e Carta de alienação serão expedidas pelo Comprei e apresentadas ao juízo após a confirmação do pagamento da compra e da comissão de corretagem. Após o transcurso do prazo previsto no art. 903, §2º, do CPC, os documentos serão carregados no Sistema Comprei para entrega do bem e registro.
Comissão de corretagem	5% (cinco por cento) do valor da alienação
Intermediário credenciado	Qualquer intermediário credenciado no Comprei com competência territorial no lugar de situação do bem, não havendo exclusividade na intermediação. O intermediário anunciante fica autorizado a ter acesso ao bem, mediante prévio ajuste com o depositário/devedor, podendo obter fotos ou apresentá-lo a interessados.

Em sendo deferido, **requer-se a intimação do executado e demais interessados para ciência da alienação judicial, nos termos do art. 889, do CPC.**



Informa, por fim, que o valor atualizado da dívida alcança a importância informada no extrato anexo.

Na data da assinatura digital.





Portal de Relacionamento CAIXA - PGFN

[Manual](#)[Retornar ao Menu](#)**:: Consulta Saldo da Inscrição de Dívida**

Empregador: CGC - 71858054000130

UF: SP

Razão Social: ESPORTE CLUBE SAO BENTO

Vinculação:

Unid. Patrocinadora: PSFN /SAO PAULO - SP

CGD : 0

Inscrição Dívida : CSSP200702303

Ind.Honorário : E (%) : 20

Período Saldo : 10/2001 a 06/2002

Situação : AJUIZADA

Situação Cobrança : 0

Data p/ Cálculo : 22 / 08 / 2025

ALTERAR DATA

----- Valores a serem Regularizados: -----

Depósito :	0,00	Contr.Social :	101,62
Jam :	0,00	Encargos CS :	241,67
Multa :	0,00	Encargos :	68,65
Encargo :	0,00		

SubTotal :	0,00	SubTotal_CS :	411,94
------------	------	---------------	--------

Total a Recolher : 411,94

RETORNAR



Portal de Relacionamento CAIXA - PGFN

[Manual](#)[Retornar ao Menu](#)**:: Consulta Detalhe da Inscrição de Dívida****Resultados Encontrados:**

Empregador	: 71858054/0001-30	UF	: SP
Razão Social	: ESPORTE CLUBE SAO BENTO		
Unid. Patrocinadora:	:	CGD	: 0
Inscrição Dívida	: FGSP200702302	Vinculação	:
Data Inscrição	: 20/07/2007	Situação	: REGULARIZADA
Período Saldo	: 02/1998 a 06/2002	Num. Proc. Judicial	:
Qtd. Apostilam.	: 10	Situação do processo judicial	:
Situação Cobrança	:		

Débitos Pertencentes a Inscrição de Dívida:

Numero Debito	Tipo	Inscrição Empresa	Origem
505062089	1	71858054/0001-30	NFGC

RETORNAR



Portal de Relacionamento CAIXA - PGFN

[Manual](#)[Retornar ao Menu](#)**:: Consulta Detalhe da Inscrição de Dívida****Resultados Encontrados:**

Empregador	: 71858054/0001-30	UF	: SP
Razão Social	: ESPORTE CLUBE SAO BENTO		
Unid. Patrocinadora	:	CGD	: 0
Inscrição Dívida	: FGSP200904479	Vinculação	:
Data Inscrição	: 03/09/2009	Situação	: REGULARIZADA
Período Saldo	: 08/2002 a 02/2006	Num. Proc. Judicial	:
Qtd. Apostilam.	: 10	Situação do processo judicial	:
Situação Cobrança	:		

Débitos Pertencentes a Inscrição de Dívida:

Numero Debito	Tipo	Inscrição Empresa	Origem
505774020	1	71858054/0001-30	NFGC

RETORNAR



Portal de Relacionamento CAIXA - PGFN

[Manual](#)[Retornar ao Menu](#)**:: Consulta Saldo da Inscrição de Dívida**

Empregador: CGC - 71858054000130

UF: SP

Razão Social: ESPORTE CLUBE SAO BENTO

Vinculação:

Unid. Patrocinadora: PSFN /SAO PAULO - SP

CGD : 0

Inscrição Dívida : CSSP200904480

Ind.Honorário : E (%) : 20

Período Saldo : 08/2002 a 02/2006

Situação : AJUIZADA

Situação Cobrança : 0

Data p/ Cálculo : 27 / 08 / 2025

ALTERAR DATA

----- Valores a serem Regularizados: -----

Depósito :	0,00	Contr.Social :	2.501,20
Jam :	0,00	Encargos CS :	5.055,81
Multa :	0,00	Encargos :	1.511,40
Encargo :	0,00		

SubTotal :	0,00	SubTotal_CS :	9.068,41
------------	------	---------------	----------

Total a Recolher : 9.068,41

RETORNAR



PODER JUDICIÁRIO
8ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo

Rua João Guimarães Rosa, 215, Consolação, São Paulo - SP - CEP: 01303-030
<https://www.trf3.jus.br/balcao-virtual>

EXECUÇÃO FISCAL(1116)Nº 0010727-55.2007.4.03.6110
EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: ESPORTE CLUBE SAO BENTO
ADVOGADO do(a) EXECUTADO: ERNESTO BETE NETO - SP195521 ADVOGADO do(a) EXECUTADO:
CASSIO JOSE MORON - SP211736

DESPACHO

Defiro o pedido de id. [414598780](#).

Nos termos do art. 879, I, do CPC, autorizo a alienação do imóvel penhorado por intermédio de corretor ou leiloeiro credenciado, no Comprei.

Intime-se o executado e demais interessados para ciência da alienação judicial, nos termos do art. 889, do CPC.

Cumpra-se.

JAIRO DA SILVA PINTO
Juiz Federal

